COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 17 JUNHO 1987

Vaticano: *simpatia para com o diabo?*

Segundo um despacho de 29 de Abril último da agência noticiosa UCAN, sediada em Hong-Kong, a hierarquia da Igreja Católica teria decidido afastar de Timor-Leste dois padres jesuítas portugueses, sob a acusação de se oporem à integração daquele território na República da Indonésia.

Os dois padres, João Felgueiras, de 57 anos de idade, e José Martins, de 48, professores no Seminário de N.S. de Fátima em Dili, no qual o primeiro é Reitor, teriam sido informados de que os seus serviços já não eram necessários.

Não se terá tratado, aliás, da primeira tentativa deste género. Aproveitando a visita a Timor-Leste do Assistente Geral dos Jesuítas para a Ásia, José Pittau, em 1985, Mons. Belo teria insistido junto dos dois para voluntariamente se retirarem, o que foi então recusado.

A decisão de os substituir teria sido tomada pelo Provincial Jesuíta indonésio, Padre Darminta, numa altura em que o Padre João Felgueiras se encontrava em Portugal para assistir ao funeral de um seu irmão. O despacho da UCAN diz que o Padre Martins permanece, no entanto, em Timor-Leste declarando-se determinado a continuar no território no que seria apoiado por sectores significativos do clero timorense.

De acordo com fontes próximas da Igreja Católica, as autoridades eclesiásticas estariam interessadas na sua vinda para Portugal a fim de que não possam constituir um obstáculo à integração da Igreja de Timor-Leste na da Indonésia. Após a invasão do território, a Igreja de Timor-Leste foi retirada da jurisdição portuguesa e colocada sob a autoridade directa do Vaticano o que foi considerado pelo governo indonésio como o primeiro passo no reconhecimento pela Santa Sé da integração do território. Desde então, o regime de Jacarta tem pressionado o Vaticano para integrar a Diocese de Dili na Conferência Episcopal indonésia. Ainda recentemente a imprensa daquele país divulgou um apelo dirigido ao Papa pela PMKRI, Organização dos Estudantes Católicos da República da Indonésia, pedindo a João Paulo II que dê os passos necessários para unir as duas igrejas (*Hidup*, n.º 4, 1987).

Segundo as mesmas fontes, os dois padres portugueses, que leccionam no Seminário desde os inícios da década de setenta, sempre procuraram inculcar nos estudantes um forte sentido de responsabilidade social, o que tem tido um grande impacto numa terra devastada pela barbárie do ocupante. Quando o Arcebispo de Jacarta, o Jesuíta Leo Soekoto, se deslocou a Timor-Leste em Janeiro de 1984, foi surpreendido pela denúncia feita pelos alunos do Seminário das violações dos direitos humanos praticados pelos militares e forças de segurança indonésios.

O regime de Jacarta tem, por isso, movido as suas influências junto da Santa Sé para afastar da Diocese de Dili as figuras da Igreja por ele consideradas "persona non grata". Recorde-se que em 1983 Mons. Martinho da Costa Lopes foi substituído no cargo de Administrador Apostólico e em 1985 o mesmo aconteceu ao Superior dos Salesianos, Padre Magalhães, ambos reconhecidos defensores dos direitos do povo maubere. Tem sido, aliás, esta identificação da Igreja com a população que tem contribuído decisivamente para o aumento da percentagem de católicos no território. As estatísticas oficiais evidenciam uma alteração significativa na proporção de católicos confessos, que passaram de 30% para 80% da população na última década. Observadores independentes atribuem este crescimento, entre outros factores, à influência de uma continuada revolta social e à afirmação de uma identidade timor independente. (*Far Eastern Economic Review*, 8/8/85).

Meios católicos da Austrália receiam que Mons. Belo tenha dado o seu aval ao afastamento dos dois Jesuítas portugueses do Seminário de Dili, que celebrou o ano passado o seu 50.º aniversário e por onde passaram grande parte dos dirigentes da Resistência. O comportamento de Mons. Belo à frente da Igreja de Timor-Leste tem mostrado uma personalidade frágil e um espírito conciliatório que o têm tornado permeável às pressões dos militares de Jacarta. Tenha-se presente o que ocorreu quando da divulgação do Documento do Conselho Presbiteral de Dili de 1 de Janeiro de 1985, subscrito por Mons. Belo e que perante a reacção das autoridades indonésias veio eufemisticamente dar-o--assinado-por-não-assinado.

Mas não é só o regime militar de Jacarta que faz sentir o seu peso junto do Vaticano. Aquando da deslocação do Papa João Paulo II à Austrália, a comunidade timor residente neste país não perdeu a oportunidade para lhe lembrar o drama da sua terra natal.

Em carta aberta divulgada em 20 de Novembro último, a comunidade apelou ao Papa para condenar as violações dos direitos humanos em Timor e mobilizar a Igreja no apoio a uma paz justa no território. Nas vésperas da deslocação papal a comunidade viu recusados pelo responsável da organização da visita, Mons. Brian Walsh, vários pedidos para um encontro com o Santo Padre. Contudo, o P. Francisco Fernandes — que representara a comunidade na sessão de Agosto de 86 do Comité de Descolonização da ONU — conseguiu aproveitar de uma ocasião para falar com João Paulo II. "*Sim, Timor-Leste*" disse o Papa "*eu vi o estandarte*", referindo-se a um grande estandarte transportado por crentes timores com a inscrição: "*Santo Padre reze pela paz em Timor-Leste*". "*Sim*, acrescentou João Paulo II, *fá-lo--ei*".

Entretanto, a Conferência Episcopal dos EUA, numa declaração tornada pública em 31 de Março passado, acusou a Indonésia de impôr o controlo forçado de nascimentos esterilizando mulheres e homens timores sem o seu conhecimento. "*Dadas as grandes perdas de vidas que tiveram lugar entre uma população largamente católica, esta política indonésia tem um carácter de genocídio*". □

Neste número:

- **Vaticano: simpatia para com o diabo?**
- **Timor-Leste: jornalista sueco fura isolamento**
- **Transmigração na Papua Ocidental**
- **O Fantasma de Londres**
- **Carta a Timor-Leste**

Timor-Leste: jornalista sueco fura isolamento

Devido às condições de isolamento e de guerra em que se encontra Timor-Leste, raras têm sido as visitas de jornalistas estrangeiros autorizados pelos militares indonésios. Uma das mais recentes (porventura a mais recente) realizou-a o jornalista sueco Terje Svabo nos finais de Março: das suas impressões da visita ao território dá-nos conta no artigo que escreveu para o mais importante diário sueco (o jornal conservador *Svenska Dagbladet*), publicado em 27 de Março deste ano. Apesar do ligeiro atraso e de algumas imprecisões (nomeadamente quanto aos efectivos da Resistência e das F.A. indonésias) consideramos bastante interessante a divulgação deste depoimento, de que transcrevemos a maior parte.

Fome, doença e guerra custaram a vida a dezenas de milhar de pessoas durante os dez anos de duração do conflito (não resolvido ainda) em Timor-Leste.

*O **Svenska Dagbladet** (SvD) efectuou recentemente uma visita à província, um privilégio concedido a jornalistas estrangeiros (apenas muito raramente). Durante a estadia em Timor-Leste, os representantes do governo local nunca se afastaram de perto deste jornalista. Por outras palavras, não foi possível a livre movimentação; não obstante, a visita possibilitou a oportunidade para uma observação das condições existentes nesta região, permitida apenas a escassas pessoas.*

Oposição Católica

*O **Svenska Dagbladet** solicitou uma entrevista com o bispo católico de Dili, a qual foi recusada. Não foi também permitido o encontro com nenhum dos padres católicos. Em contraste com a Indonésia, que é islâmica, pelo menos 80% da população de Timor-Leste é católica. A Igreja Católica tem-se pronunciado abertamente sobre as condições na província, provavelmente tão abertamente que as autoridades governamentais preferiram não ver futuros contactos entre os padres e a imprensa estrangeira.*

(...)

Ocupação de facto

(...)

Na capital, Dili, cidade com 80 000 habitantes, a vida parece decorrer calmamente. Não se vêem demasiados soldados. A ilha de 14 600 Km² tem uma população de cerca de 640 000 habitantes.

A maioria dos indivíduos em posições de responsabilidade não são originários de Timor-Leste, uma situação que provavelmente radica no facto de Portugal ter abandonado abruptamente a região há mais de dez anos, deixando atrás de si apenas uma pessoa com formação universitária.

A Indonésia está a investir vastos recursos em educação em Timor-Leste. Há 111 licenciados e aproximadamente 500 timores frequentam a Universidade em vários pontos da Indonésia. Das 138 000 crianças com idades entre os 6 e os 12 anos, 120 000 frequentam actualmente a escola.

Em Outubro último, foi aberta uma Universidade em Dili e os primeiros estudantes já lá começaram a estudar, embora haja falta de livros e professores.

Apesar de tudo, está fora de dúvida que os actuais governantes estão a fazer muito mais pela educação dos timorenses do que os portugueses fizeram.

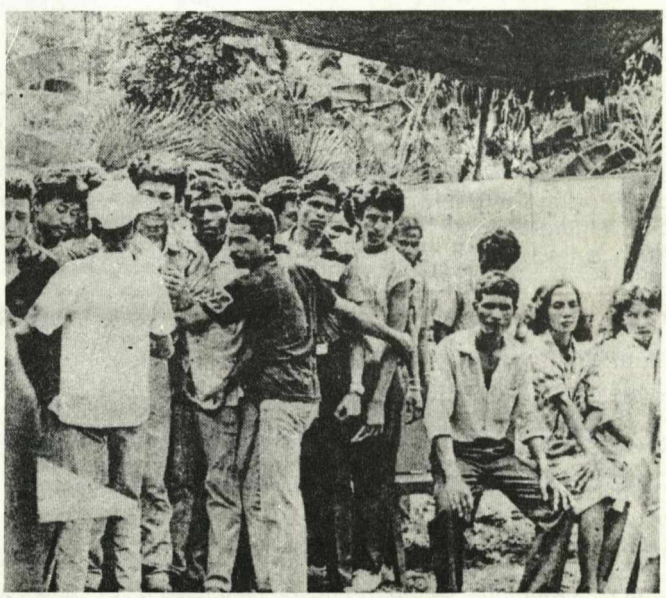
A área sofre também de um conjunto de outros problemas. Doenças como a tuberculose e a malária encontram-se largamente espalhadas. Em alguns distritos, mais de 30% da população tem malária e a mortalidade infantil ultrapassa os 120/000 (em Portugal, 20/000), enquanto 40% das crianças estão subalimentadas. A esperança média de vida em Timor-Leste é estimada em cerca de 50 anos (em Portugal, cerca de 70).

Outro problema é que entre 60% e 70% da população é analfabeta; só 13% tem acesso à água canalizada; o desemprego atingiu níveis tão elevados que é impossível qualquer registo. Estas estatísticas oficiais indonésias dizem bem, em toda a sua cruel brutalidade, a situação actual em Timor-Leste.

As autoridades indonésias deram prioridade máxima a Timor-Leste e isto também se aplica à presença militar. Encontrei tropas de elite sob a chefia de um coronel, especialista em combate na selva.

Enquanto viajava pelo país, tive oportunidade de conversar com o governador, Mário Viegas Carrascalão, bem como com o comandante militar, Yunus Yosfiah. Ambos me deixaram a impressão de serem profissionais abertos e capazes. Os dois responderam às minhas perguntas com a melhor boa vontade, embora descrevessem um quadro cor-de-rosa das condições em Timor-Leste, que contrastava marcadamente com todos os relatos independentes obtidos de pessoas com quem conversei na Indonésia.

O comandante, de 42 anos, explicou na sua maneira persuasiva que o movimento de libertação de Timor-Leste, a FRETILIN, já não era actualmente um elemento de poder (...). O coronel Yosfiah considera que seria errado falar da FRETILIN como organização, enquanto tal. Ele acha que eles serão no máximo 150 combatentes e garante que se passam meses sem se verificarem confrontos entre as tropas governamentais e a guerrilha. Afirma o coronel que apenas 11 dos seus 3 000 soldados morreram em combate no ano findo.



*Observadores independentes com quem o **SvD** falou discordam das declarações do coronel. Eles confirmam que, embora a FRETILIN não seja uma força muito poderosa, está longe de estar eliminada e que a organização conta provavelmente com 700 a 1 000 homens armados.*

As afirmações de Yosfiah, de que as forças militares indonésias não passariam de 3 000 homens são consideradas propaganda (de acordo com estas fontes, o número mais preciso seria à volta de 15 000 homens), bem como o valor de 11 baixas para a totalidade do ano de 1986 considerado demasiado baixo (só em Dezembro do ano findo teriam morrido 32 soldados numa batalha).

Timor-Leste está totalmente dependente da assistência financeira de Jacarta. Por outras palavras, a província não tem fontes de rendimento próprias e o investimento estrangeiro é inexistente. A província encontra-se fechada, não só aos estrangeiros, mas também ao comum dos indonésios. □

Transmigração na Papua Ocidental

A Papua Ocidental (Irian Jaya em indonésio) tem sido um dos alvos privilegiados pela Indonésia no que diz respeito à implementação do seu programa de transmigração.

Este projecto do governo indonésio é, sem dúvida, o maior programa de colonização da História que, longe de ser um exercício humanitário é efectivamente um programa político e de "segurança nacional" visando estender a hegemonia javanesa às ilhas periféricas do arquipélago e eliminar as suas diversidades étnicas.

Embora a transmigração sempre tivesse sido uma questão controversa, desde o seu início em 1960, a mesma só se agudizou em 1979 quando o governador central decidiu que a Papua Ocidental seria um dos principais alvos para a colocação dos transmigrados. Em meados dos anos 80 havia já, naquele território, mais de 20.000 famílias javanesas, altura em que o governo indonésio declarou pretender aumentar esse número para 138.000 durante os próximos cinco anos, com início em 1984. Tal facto significa um aumento de 50% da população apenas devido à transmigração (estatísticas do Banco Mundial prevêem que em 1995 os Papuas serão uma minoria no seu próprio país). (**Quadro I**).

QUADRO I
PAPUA OCIDENTAL: EVOLUÇÃO POPULACIONAL

	Números '000				%	
	1971	1980	1986	1990	1971	1990
Naturais	887	1.000	1.244	1.369	96	79
Migrantes	36	93	233	361	4	21
Total	923	1.173	1.147	1.730	100	100

Estes números atraíram imediatamente a atenção internacional, sobretudo de grupos de cariz ecológico (no IV Plano Quinquenal — 1984/89 — 80% dos campos de transmigração serão localizados em florestas virgens) bem como de organizações não-governamentais preocupadas com o envolvimento do Banco Mundial neste projecto (entre 1972 e 1985 o governo indonésio tinha já recebido daquela instituição cerca de 450 milhões de dólares americanos estando "na forja" outros 750 milhões).

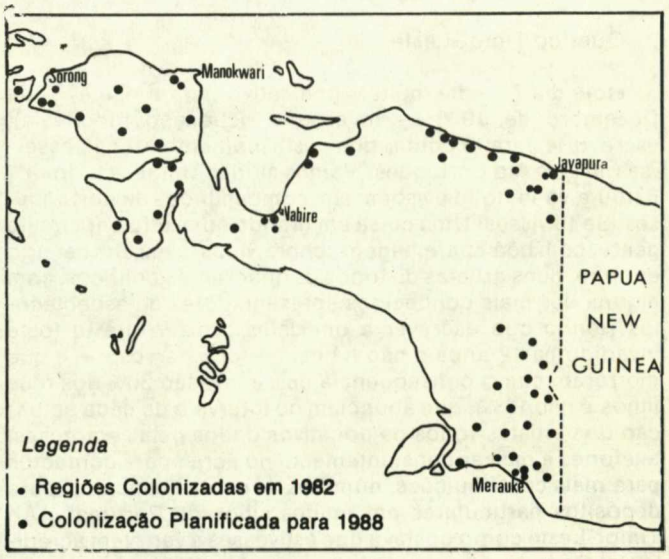
A implementação do programa de transmigração na Papua Ocidental não tem sido "um mar de rosas" para a Indonésia. Os Papuas são considerados os povos mais isolados e mais tradicionais do mundo melanésio, com uma profunda ligação ancestral à sua terra. A OPM (Organisasi Papua Merdeka — Organização da Papua Livre), o seu movimento de libertação, tem, desde 1965, combatido esta tentativa de "indonesianização". Daí a Indonésia apostar fortemente no "repovoamento" da zona fronteiriça com a Papua Nova Guiné, país onde hoje vivem perto de 13.000 refugiados papuas ocidentais que têm conseguido escapar ao controlo indonésio e às suas leis de alienação de terra, pilhagem de gado, etc. Os que permanecem, vendo-se constantemente espoliados e sem meios de sobrevivência, têm agudizado a sua resistência.

O facto de o governo indonésio na maioria dos casos nem sequer compensar as populações indígenas pela expropriação das suas terras é o exemplo de um fenómeno muito mais generalizado e que se veio a acentuar com as explorações petrolíferas e mineiras que se apoderaram de enormes áreas, algumas das quais consideradas sagradas pelos que nelas viviam.

O desenvolvimento das populações autóctones também não tem sido significativo pois os mesmos não têm sido receptivos às novas tecnologias agrícolas nem ocupado a parte que lhes é reservada nos campos de transmigração (25%). Entre 1982 e 1986, em Merauke, apenas 3% dos transmigrados tinham sido recrutados localmente. Noutras zonas, em que a recusa de integração não foi tão grande, verifica-se que mesmo os que aderiram a este programa raramente vivem nas casas que lhes foram atribuídas ou cultivam os terrenos que lhes foram concedidos optando por viver nas zonas de origem continuando os seus métodos agrícolas tradicionais. Assim, o proposto aumento de 50% de participação indígena nos "repovoamentos" não parece vir a ser uma solução para a Indonésia. A alternativa actual para atrair as populações locais é a concessão de benefícios, às aldeias papuas, semelhantes aos concedidos aos transmigrados, em vez de os deslocar para zonas que nada têm a ver com os seus hábitos tradicionais.

Face ao insucesso deste programa e aos cortes orçamentais no programa de transmigração, provocados pela queda dos preços das matérias-primas no mercado mundial, Martono (Ministro da Transmigração) anunciou que o governo iria reformular a sua política incentivando a cultura de cereais tendo como principal objectivo a exportação dos mesmos, em vez de oferecer terras para agricultura de subsistência (Quadro II).

Contudo, é capaz de ser bastante tarde para lançar um plano para conquistar as *"mentes e os corações"* deste povo, uma vez que a OPM tem vindo a reforçar a sua coesão interna e o seu empenhamento na divulgação externa da sua luta e tem conquistado o apoio de alguns países amigos, predominantemente da área do Pacífico. □



O Fantasma de Londres

Não é novidade — não deveria sê-lo — que delegações de Portugal e da Indonésia se encontraram, a alto nível, por diversas vezes, durante o período que medeou entre o 25 de Abril de 1974 e o 7 de Dezembro de 1975. Nova Iorque, Lisboa, Londres, Jacarta, Roma foram os palcos escolhidos.

Não se sabe muito do que aí se passou. Talvez não seja o mais importante para agora prescrutar esse passado não muito longínquo, a não ser na medida em que ele nos possa dar indicações quanto ao presente que, esse sim, é URGENTE.

Uma semelhança há entre o momento de há 12, 13 anos e o que actualmente vivemos: Portugal e a Indonésia negoceiam. A situação é diferente, mas podem cometer-se erros semelhantes.

Do relato do encontro de Londres publicado pela Presidência do Conselho de Ministros em 1981 percebe-se que a vacilação portuguesa correspondeu a um compromisso tácito no sentido de proporcionar à Indonésia o espaço necessário à sua progressiva penetração, não-militar, em Timor. Uma integração "pacífica".

A visão do processo que esta posição pressupunha desconhecia por completo a realidade de Timor e subestimava o que começava a afirmar-se com súbito vigor: a existência de uma consciência nacional emergente e viva, desejosa de realização.

Por outro lado, o quadro político regional em que se inscrevia o problema de Timor-Leste era fortemente marcado pela retirada americana do Vietname e pela necessidade de tapar a brecha aberta no flanco sul do sistema defensivo dos EUA na região do Pacífico. O compromisso com a administração de Gerald Ford em que se encontravam enredadas algumas forças partidárias da área do poder em Portugal, contribuíram decisivamente, associadas às divisões que atravessavam então a sociedade portuguesa, para as indefinições e hesitações que pautaram a acção, claramente defensiva, dos representantes nacionais ao longo dessas várias etapas de negociações.

A aceitação da força da Indonésia e das pressões dos países ocidentais marcaram o posicionamento português face a Timor-Leste até praticamente 1982. Só perante a quase inevitabilidade de uma derrota de Portugal na Assembleia Geral das Nações Unidas, o governo de então accionou uma mini-campanha diplomática que evitou, à risca, a consumação do que seria uma vergonha política e diplomática. E só agora, perante a evidência irrecusável da força da Resistência maubere e da crescente sensibilidade internacional ao drama humano e político de Timor-Leste, a Potência Administrante começou a inverter a marcha do "compromisso tácito" ao decidir enfrentar o Estado indonésio.

Não será por acaso que Jacarta vem agora relembrar compromissos de há alguns anos. Aliás, desde sempre a diplomacia indonésia utilizou abundantemente argumentos ligados à presença colonial portuguesa em Timor, pondo em evidência a pobreza do território, a inércia da administração, a inexistência de planos ou sequer tentativas de desenvolvimento, a inépcia e o abandono de 1975. Duas coisas são igualmente verdade: a Indonésia nunca actuou de acordo com as suas próprias afirmações perante as autoridades portuguesas (das quais a mais significativa era a de não querer utilizar meios militares de conquista) e o "desenvolvimento" de que se orgulha custou a vida a cerca de 1/3 do povo timor e serve agora os objectivos de uma clássica ocupação colonial.

Mas voltemos às negociações, às de hoje, à luz do que podemos aprender com as de ontem. Não vale a pena tentar negar realidades (durante quanto tempo os responsáveis portugueses esconderam a certeza de que a invasão estava em marcha?). Não tem sentido, nem histórico nem moral, esquecer que o POVO DE TIMOR-LESTE EXISTE e que é ele quem decide o seu futuro, em todas as etapas. Não compensa o isolamento da comunidade internacional, é preciso chamá-la à responsabilidade. Não podemos aceitar que a nossa dignidade como povo seja corrompida pela cumplicidade num processo consciente de destruição de outro povo.

Negociar é preciso. Mas saber negociar é o decisivo. □

Carta a Timor-Leste

Lisboa, 7 de Maio de 1987

Querido Timor-Leste

Hoje dia 7 — dia muito significativo para ti não é? (7 de Dezembro de 1975 — invasão e ocupação indonésia), escrevo-te para te contar que neste momento está a passar-se um Live Aid português "Vamos ajudar Timor — **8 7imor**". Estou a vê-lo no televisor assim como milhões de portugueses. Se tu visses! Uma coisa em grande num sítio para muita gente, com boa aparelhagem sonora, boas luzes, um cenário enorme, bons artistas de todos os quadrantes políticos, com alguns dos mais conhecidos apresentadores de espectáculos (tenho que escrever a um deles a dizer que tu foste invadido há 12 anos e não há dez — foi o nervoso — e que morreram como consequência dessa invasão 30% dos teus filhos e não 10%), que anunciam no intervalo de cada actuação dos artistas todos os donativos dados pelas empresas, telefones a passar constantemente no écran para contactos para mais contribuições, números de contas bancárias para depósitos particulares em muitos sítios de Portugal... Ah Timor-Leste como gostava que estivesses a ver! Nem acreditavas! Os meus olhos e ouvidos nem acreditam no que estão a ver!

É tudo perfeito! Olha assim como nas modas — passagens de modelos — em que é tudo tão bonito que parece um sonho cor-de-rosa. Ah, também gostei do logotipo em fundo "**8 7imor**" (sabes como ligo às artes decorativas). Só achei que lhe faltava "**-Leste**". Ficava mais decorativo para mim. Até já anunciaram que tinham uma tonelada de roupa para os teus filhos que vivem no Jamor. Vão é ter que comprar alguns armários, mas como vão ter casas novas talvez lá possam ter tudo. Os outros teus filhos é que devem estar um pouco desconcertados porque convenhamos que Serra das Minas, Odivelas, Setúbal, Carcavelos, Cacém, Colares, etc., também são Portugal. Mas olha festa é festa e hoje transformou-se o teu pressagioso dia 7 em dia de festa. Tem-se falado muito de ti ultimamente e esta campanha "**8 7imor**" é mesmo uma onda efervescente acalorada que se intensifica com o calor que começa a apertar. Se é moda de Verão não sei bem e se a moda de inverno trará "**8 8imor**" sem o teu tão significativo 7 também não sei.

E tantos artistas a actuar! E pensar que quando comemorámos (aquele grupo de portugueses que te falei há tempo), pela primeira vez em Portugal, o 7 de Dezembro como Dia Internacional de Solidariedade contigo em 1983, num dos maiores pavilhões de Lisboa, consegui contar as pessoas que estavam na sala! E olha que os artistas que **aceitaram** estar connosco nessa altura eram mesmo bons! Se calhar foi porque o logotipo não era tão bonito. Também foi feito um pouco de urgência: "Que viva o povo de Timor-Leste — 7 de Dezembro de 1983 — Dia Internacional de Solidariedade com Timor-Leste".

Por hoje vou acabar para também estar na festa.

7 abraços da tua

Teresa Galhardo

P.S. Diz ao *Foho* Ramelau que tem que arranjar uma antena para poder captar estes Live Aid e que valeu a pena vir na "Geografia de Portugal" como o seu monte mais alto.
Não te esqueças de contar aos teus filhos que o crocodilo sagrado já tem roupa e outras coisas para os anos mais próximos. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas, 77-2.º Esq., 1000 Lisboa, tel.: 574718/541308 **Execução gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 600 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 **Assinatura anual:** 300$00
Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094